

# 55<sup>a</sup> COGEF

Comissão de Gestão Fazendária

21 a 23 • março • 2023  
Porto Alegre • RS



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DA FAZENDA



# Regras Fiscais aplicadas a Entes Subnacionais

Pricilla Santana  
Secretária da Fazenda RS



# Regras Fiscais

- 1) O que são?
- 2) Principais Regras Fiscais no Brasil
- 3) Diagnóstico Brasil
- 4) Evolução Regras Fiscais no mundo e Cláusulas de Escape
- 5) Lições Brasil e Entes Subnacionais
- 6) Referências



# Regras Fiscais | O que são?

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), as regras fiscais são aquelas que impõe uma **restrição duradoura à política fiscal** através de **limites numéricos sobre agregados orçamentários**.

Tipicamente, essas regras pretendem corrigir incentivos perversos e conter pressão por aumento de gastos, de forma a **garantir a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade da dívida**.

# Regras Fiscais | O que são?



## Despesa

Limite máximo (teto) para o crescimento das despesas do governo ao longo do tempo



## Receita

Limites máximos à carga tributária ou tratamento a ser observado quando houver receitas extraordinárias



## Resultado

Critérios para métricas que consideram conjuntamente as despesas e receitas do governo



## Dívida Pública

Evitar que o volume de dívida acumulado ao longo do tempo ultrapasse determinado patamar (estoque)

# Regras Fiscais | Principais Regras Fiscais no Brasil

Regra	Descrição	Tipo	Norma Definidora   Base Legal	Abrangência
Regra de Ouro	Veda a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.	Resultado	Constituição CF (art. 167, III); LRF (art. 32, § 3º); e Res. SF 48/2007	Todos os entes
Meta de resultado primário	Fixa anualmente, na LDO, a meta de resultado primário a ser perseguida no exercício a que a lei se refere	Resultado	Lei Ordinária LRF (art. 4º, § 1º)	Todos os entes
Renúncia de receitas	Veda a concessão de renúncia de receita sem a demonstração de que o benefício não afetará as metas fiscais e sem medidas de compensação por aumento de receita.	Receita	Lei Complementar LRF (art. 14)	Todos os entes

# Regras Fiscais | Principais Regras Fiscais no Brasil

Regra	Descrição	Tipo	Norma Definidora   Base Legal	Abrangência
Geração de despesas da Seguridade Social	Veda a criação, majoração ou extensão de benefícios ou serviços da seguridade social sem a fonte de custeio.	Despesa	Constituição CF (art. 195, § 5º)	Todos os Entes
Geração de despesa obrigatória	Veda a criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado sem a demonstração da origem dos recursos para seu custeio. Efeitos financeiros devem ser compensados por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.	Despesa	Lei Complementar LRF (art. 17)	Todos os Entes
Limite de despesas com pessoal	Define limites para a despesa total com pessoal em função da receita corrente líquida do ente. Os limites são fixados por esfera da federação e, em cada uma delas, por poder e órgão autônomo.	Despesa	Lei Complementar CF (art. 169) e LRF (arts. 19 e 20)	Todos os Entes

# Regras Fiscais | Principais Regras Fiscais no Brasil

Regra	Descrição	Tipo	Norma Definidora  Base Legal	Abrangência
Limite da dívida consolidada	Fixa limites globais para o montante da dívida consolidada (U, E, DF e M).	Dívida	Resolução CF (art. 52, VI); LRF (art. 30, I); e Res. SF 40/2001	Todos os Entes  União, não instituído Demais entes: vigente
Limite da dívida mobiliária	Fixa limites globais para o montante da dívida mobiliária (U, E, DF e M).	Dívida	União: Lei Ordinária Demais entes: Resolução  CF (art. 48, XIV, e art. 52, IX); LRF (art. 30, I e II); e Res. SF 40/2001	Todos os Entes  União, não instituído Demais entes: vigente
Limite para operações de crédito	Fixa limites globais para as operações de crédito externo e interno (U, E, DF e M).	Dívida	Resolução CF (art. 52, VII); LRF (art. 30, I); Res. SF 48/2007; e Res. SF 43/2001	Todos os Entes
Limites para concessão de garantia em operações de crédito	Fixa limites para concessão de garantia em operações de crédito externo e interno	Dívida	Resolução CF (art. 52, VIII); LRF (art. 30, I); e Res. SF 48/2007	Todos os Entes

# Regras Fiscais | Teto de Gastos



## Teto de Gastos da União

Arts. 107 a 112, ADCT - CF

- Aprovado pela EC 95/16: Define um limite para o montante das despesas primárias, que equivale ao limite do ano anterior corrigido pela inflação.
- Conforme a EC 126/22, o teto de gastos será revogado após a sanção da LC a ser encaminhada ao Congresso Nacional até 31/08/2023 para instituir regime fiscal sustentável.



## Teto de Gastos Estados, DF e Municípios

Contrapartida exigida pela União para renegociações de Dívidas e Programas de Auxílio

- LC 156/16 – Renegociação Dívidas/Plano de Auxílio – Estados e DF
- LC 159/17 – Regime de Recuperação Fiscal – RRF – Estados e DF
- LC 178/21 – Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal – PEF – Estados, DF e Municípios

# Regras Fiscais | Diagnóstico Brasil

*Apresentação sobre Regras Fiscais no Brasil – David Rabelo*

## Regras Fiscais no Brasil:

- Multiplicidade, sobreposição e falta de articulação entre as regras vigentes
- Planejamento fiscal e projeções com foco no curto prazo

## Meta de Resultado Primário:

- Principal âncora fiscal do país entre 2000 e 2013
- Não é percebida como regra fiscal propriamente dita (Meta anual, alterada em 12 dos seus 22 anos de vigência)
- Pró-cíclica

## Regra de Ouro:

Não tem atingido objetivos pretendidos (devido ao grau elevado de despesas obrigatórias, os investimentos acabam sendo a variável de ajuste)

# Regras Fiscais | Diagnóstico Brasil

*Apresentação sobre Regras Fiscais no Brasil – David Rabelo*

## Teto de Gastos:

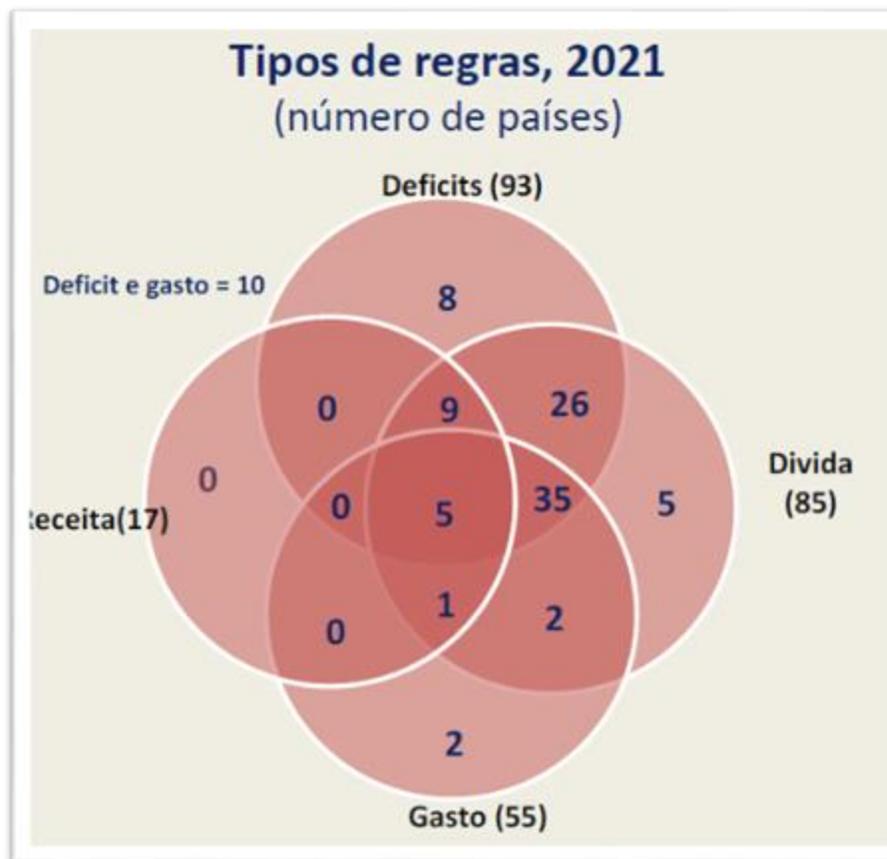
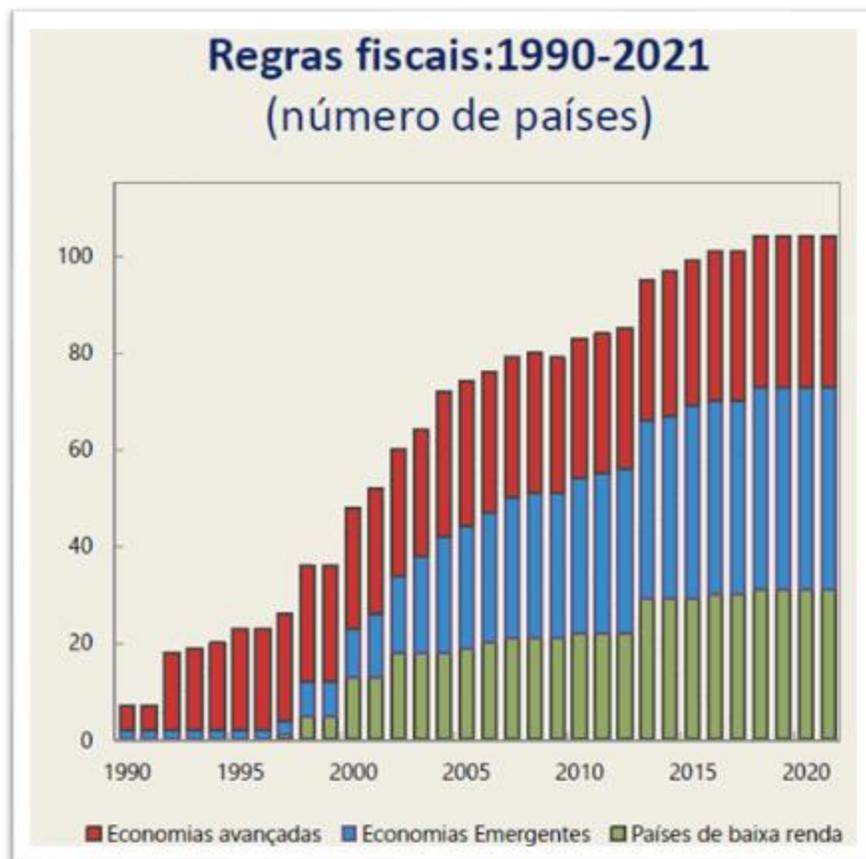
- Principal âncora fiscal do país desde 2016
- Grande número de alterações recentes não foram suficientes para acomodar as pressões para aumentos reais das despesas
- Acionamento de gatilhos não se mostrou factível
- Regra inflexível

## EC 109/21:

- Estabeleceu que os entes devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis
- Prevê a edição de LC para dispor especificamente sobre a sustentabilidade da dívida e compatibilidade de resultados fiscais com a trajetória de endividamento

# Regras Fiscais | Evolução das regras no mundo

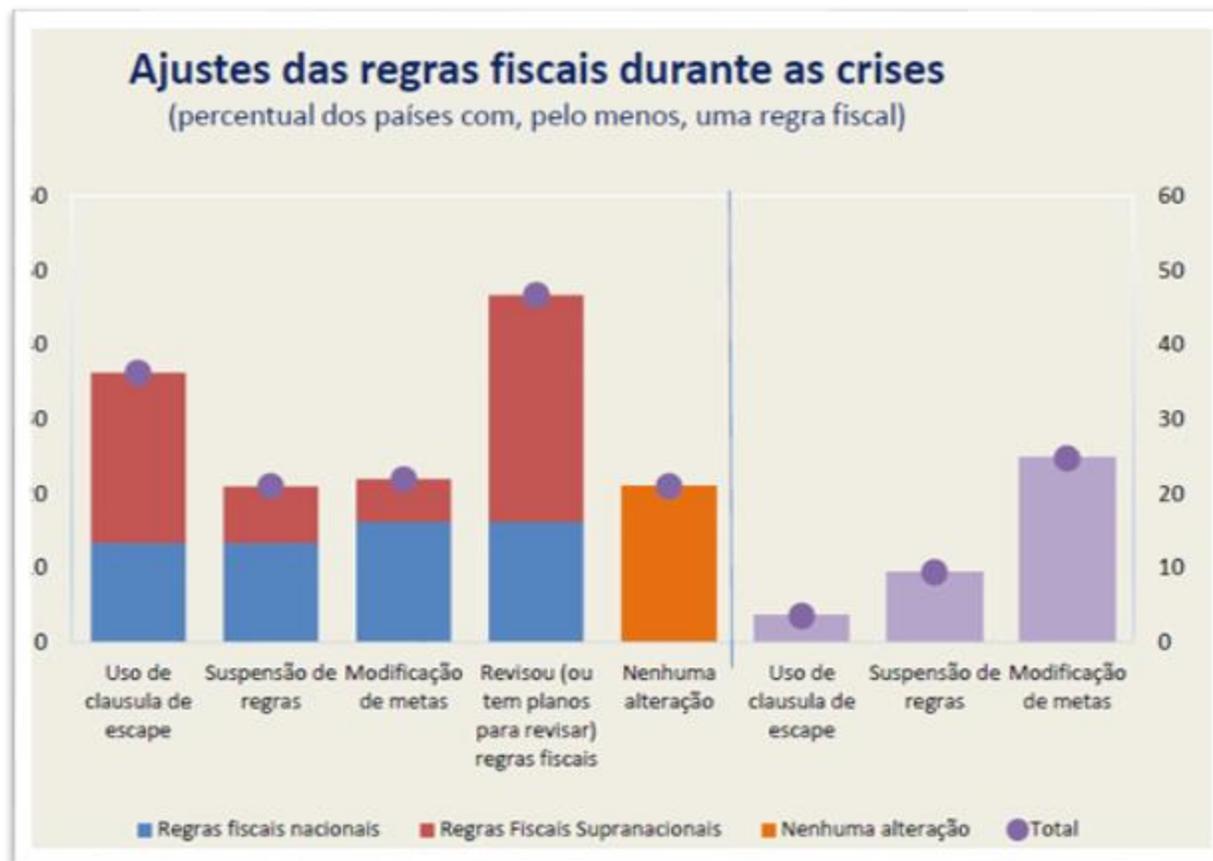
Apresentação sobre Regras Fiscais – Paulo Medas (FMI)



Dados: Banco de dados sobre as Regras Fiscais do FMI, 1985–2021; Davoodi, Elger, Garcia-Macia, Lagerborg, Lam (2022).  
Fonte: Apresentação sobre “Questões-chave no design e implementação das regras fiscais: experiência internacional e lições para o Brasil” – Paulo Medas (FMI) - I Seminário Internacional de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais – Março 2023.

# Regras Fiscais | COVID 19: cláusulas de escape

Apresentação sobre Regras Fiscais – Paulo Medas (FMI)



Dados: “Fiscal Rules and Fiscal Councils: Recent Trends and Performance during the COVID 19 Pandemic” (Davoodi et al., 2022).  
Fonte: Apresentação sobre “Questões-chave no design e implementação das regras fiscais: experiência internacional e lições para o Brasil – Paulo Medas (FMI) - I Seminário Internacional de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais – Março 2023.

# Regras Fiscais | Lições Brasil e Entes subnacionais

Apresentação sobre Regras Fiscais – Paulo Medas (FMI)

- **Estratégia de médio prazo**  
Âncora fiscal e desafios/prioridades (clima, previdência)
- **Flexibilidade**  
Regras operacionais (ex.: regras de gastos) e “Cláusulas de escape” (transição pós-choque)
- **Credibilidade**  
Projeções, avaliação, monitoramento
- **Regras com base na análise risco**
- **Endividamento Entes Subnacionais**  
Reduzir garantias, apoios do governo central, disciplina de mercado, mecanismos para lidar com sobre-endividamento de municípios e estados, *risk-sharing*
- **Responsabilidade Fiscal**
- **Quadro Fiscal de Médio Prazo**
- **Equilíbrio de responsabilidades (gasto) e recursos**

Fonte: Apresentação sobre “Questões-chave no design e implementação das regras fiscais: experiência internacional e lições para o Brasil – Paulo Medas (FMI) - I Seminário Internacional de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais – Março 2023.

# Regras Fiscais | Referências

- Texto para Discussão – Regras Fiscais: uma proposta de arcabouço sistêmico para o caso brasileiro. TD nº 31/2019 - Secretaria do Tesouro Nacional.

Disponível em: [2019 TEXTOS\\_Texto 31.pdf \(enap.gov.br\)](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536464/RAF12_JAN2018_pt06.pdf)

- Tópico Especial: Regras Fiscais no Brasil - Relatório de Acompanhamento Fiscal – Janeiro/2018 - IFI – Instituição Fiscal Independente.

Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536464/RAF12\\_JAN2018\\_pt06.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536464/RAF12_JAN2018_pt06.pdf)

- Apresentações do I Seminário Internacional de Finanças dos Entes Subnacionais – STN e ENAP - 06 a 08/03/2023 – Brasília-DF.

Disponível em: [1º Seminário Internacional de Finanças dos Entes Subnacionais — Tesouro Nacional \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

# Obrigada!

Pricilla Santana  
Secretária da Fazenda RS



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA FAZENDA